

## Polícia Judiciária

## Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

## Aviso n.º 24726/2011

**Procedimento concursal externo de ingresso para admissão de 100 candidatos ao curso de formação de inspectores estagiários da Polícia Judiciária**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, notificam-se os candidatos admitidos ao procedimento concursal externo de ingresso para o preenchimento de 100 postos de trabalho da categoria de inspector estagiário, aberto por Aviso n.º 8693/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85 de 03.05.2010, para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em Acta da reunião de Júri n.º 62 de 13 de Dezembro de 2011, que será afixada na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Os candidatos poderão consultar o processo do concurso, das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00, de segunda-feira a sexta-feira, na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

19 de Dezembro de 2011. — Pela Directora da Unidade, o Chefe de Área, *António Barbosa*.

205493456

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

## Gabinete do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação

## Despacho n.º 17366/2011

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, que alterou o Decreto-Lei n.º 30/88, de 3 de Fevereiro, as competências anteriormente detidas pelos governadores civis em matéria de emissão de certificados comprovativos do exercício de actividades industriais e comerciais por profissionais independentes, foram transferidas para o membro do governo responsável pela área da economia.

Enquanto dirigente máximo da entidade responsável pelo acompanhamento destas matérias, o Director-Geral das Actividades Económicas detém as condições adequadas para o exercício desta competência.

Assim:

1 — No uso das competências em mim delegadas nos termos dos pontos 3.1, 3.9 e 3.10 do Despacho n.º 10353/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 17 de Agosto de 2011 e ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no Director-Geral das Actividades Económicas, licenciado Mário Manuel Pinto Lobo, com faculdade de subdelegação, as competências previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 30/88, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro, ficando ratificados todos os actos praticados no âmbito das delegações constantes do presente despacho desde essa data.

19 de Dezembro de 2011. — O Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, *Carlos Nuno Alves de Oliveira*.

205492476

## Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

## Aviso n.º 24727/2011

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua versão actualista, por força do disposto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5112005, de 30 de Agosto, e reunidos que estão os pressupostos legais para o efeito pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, faz-se público que a

inspectora superior principal, da carreira de inspector superior, Maria de Fátima Peixoto de Barros Araújo, posicionada no escalão 1, índice 780, será posicionada no escalão 2, índice 830, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2009

15 de Dezembro de 2011. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

205491739

## Despacho n.º 17367/2011

Através do Despacho n.º 16678/2008, publicado no *Diário da República* n.º 117, 2.ª série, de 19 de Junho, foi a licenciada em medicina veterinária Maria Lourdes Santos Gonçalves, do mapa de pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), precedendo procedimento concursal, nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de Inspectora Directora da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE.

Decorridos três anos, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro de, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, e tendo em atenção a análise circunstanciada do respectivo desempenho e dos resultados obtidos, bem como do relatório de demonstração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos, documentos apresentados pela dirigente acima referida, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do diploma já citado, renovo a comissão de serviço, por mais três anos, no cargo de Inspectora Directora da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE à licenciada em medicina veterinária Maria Lourdes Santos Gonçalves, do mapa de pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

O presente despacho produz efeitos ao dia 19 de Maio de 2011.

15 de Dezembro de 2011. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

205491958

## Despacho n.º 17368/2011

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço e pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de Chefe de Divisão de Apoio à Comunicação e Avaliação dos Riscos na Cadeia Alimentar da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a licenciada Maria João Campos Seabra Pinto.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supra mencionada, recaiu na técnica superior Maria João Campos Seabra Pinto, por apresentar um *curriculum vitae* adequado à função, que dá garantia de eficácia e eficiência na prossecução da actividade nas diversas áreas de actuação e competência da ASAE, para além de demonstrar elevada motivação, capacidade de liderança e espírito de iniciativa, bem como pelos conhecimentos demonstrados e domínio das matérias.

A nomeação produz efeitos a 1 de Março de 2011

15 de Dezembro de 2011. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

## Nota Curricular

- 1 — Nome — Maria João Campos Seabra Pinto
- 2 — Data e local de nascimento — 3 de Maio de 1966, Coimbra.
- 3 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito — Faculdade Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1984-1989).

Pós-graduação em Direito da Comunicação, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1992-1993).

Pós-Graduação em Logística e Ciência da Legislação, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2005).  
FORGEP — Pós-graduação em Gestão Pública (2009).

- 4 — Carreira profissional na Administração Pública:

1990 a 2000 — técnica superior de 2.ª classe (área funcional: assessoria jurídica) do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

29 de Fevereiro de 2000 — Nomeada técnica superior de 1.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — MNE (Direcção de Serviços Justiça e Assuntos Internos).

2000 a 2001 — Assessora do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia do XIV Governo Constitucional.

2001 a 2003 — técnica superior de 1.ª classe da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — MNE (Direcção de Serviços de Justiça e Assuntos Internos).